
NOTÍCIAS DE UMA GUERRA: ESTRATÉGIAS, AMEAÇAS E ORAÇÕES*

Alessandra Siqueira Barreto

Universidade Federal de Uberlândia – Brasil

Resumo: Neste artigo pretendo abordar algumas questões observadas durante as eleições municipais de 2004 na Baixada Fluminense, fundamentalmente em Nova Iguaçu, focalizando como a religião, em um momento específico, foi apropriada pelo discurso político objetivando sua potencialidade eleitoral. Assim, descreverei alguns conflitos (políticos) em torno de algumas personalidades da/na Baixada e em que medida o auxílio à temática religiosa, fundamentalmente a evangélica, foi importante para reconfigurar o campo político na região durante o segundo turno das eleições municipais.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, eleição, política, religião.

Abstract: In this article I propose analyze some questions observed in Baixada Fluminense's 2004 election, basically in Nova Iguaçu, giving emphasis on the religion dimension and how it was appropriated by a political discourse with electoral purposes. Then, I will describe some conflicts (political conflicts) about some Baixada's politicians and how the religion was important to reconfigure the political camp during the election.

Keywords: Baixada Fluminense, election, politics, religion.

Apresentando a Baixada

Começo este artigo com um breve histórico da Baixada Fluminense e de sua composição em termos de municípios, apresentando também um pouco da diversidade de imagens veiculadas sobre a região.

* Este artigo é uma versão parcial de um dos capítulos de minha tese de doutorado, pelo PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ, intitulada *Cartografia Política: as Faces e Fases da Política na Baixada Fluminense* (Barreto, 2006).

A configuração mais ampla da região que utilizo abrange 13 municípios – Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João do Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim – que, juntamente com as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro ou o Grande Rio. Com uma população de mais de 3 milhões de habitantes,¹ a Baixada tem como núcleo os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu – este último tendo sido historicamente desmembrado em quase todos os demais que hoje compõem a região, por meio das emancipações que tiveram início na década de 1940 (Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis); as últimas tendo ocorrido na década de 1990 (Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita).²

Apesar de hoje já contarmos com um número mais expressivo de trabalhos sobre a região, sua delimitação ainda permanece algo polêmica. Mesmo não sendo o objeto da maioria desses estudos, a temática em questão figura, de uma forma ou de outra, entre as preocupações de seus autores. Provavelmente, a definição preliminar mais utilizada nos trabalhos acadêmicos seja a de Geiger e Santos (1956) que, grosso modo, identifica a Baixada como uma área de planícies baixas constantemente alagadas entre o litoral e a serra do Mar. A região estende-se pelos municípios situados ao longo da rodovia Presidente Dutra, numa extensão de aproximadamente 80 km a partir da cidade do Rio de Janeiro.³ Apesar de uma ocupação lenta verificar-se já a partir do século XVI e da região ter sido fornecedora e distribuidora de matérias-primas diversas

¹ De acordo com dados do Censo 2000 do IBGE, a Baixada Fluminense – com a configuração acima exposta – teria 3.370.508 habitantes e, de acordo com o Quantitativo de Eleitores de março de 2005, divulgado pelo TSE, 2.290.890 eleitores.

² As datas das emancipações são respectivamente: 1943, 1947 (de Duque de Caxias), 1947 (de Nova Iguaçu), 1990, 1990, 1991 e 1999. Os municípios de Itaguaí, Seropédica (desmembrados em 1997); Paracambi; Magé e Guapimirim (desmembrados em 1990) possuem características que os singularizam frente aos demais municípios. Procurarei, no entanto, matizar tal abordagem a fim de pensar o “lugar” de cada um na *Baixada*, como construção simbólica.

³ Para citar apenas alguns trabalhos: Beloch (1986), Alves (1991, 1999, 2003), Fernandes (1992), Keller (1997), Souza (1997), Enne (2002), Barreto (2004, 2006), Costa (2006), entre outros. A maioria considera a Baixada como sendo composta por 11 municípios – quando não apenas por 8. Na primeira delimitação exclui-se Itaguaí e Seropédica e, na segunda, os mesmos mais Paracambi, Magé e Guapimirim. Há, no entanto, quem inclua ainda nessa composição Mangaratiba – somada aos 13 municípios já mencionados acima.

(cana-de-açúcar, café, carne, etc.) à capital (Rio de Janeiro),⁴ um dos processos mais significativos de ocupação da localidade teve início com a construção da estrada de ferro D. Pedro II, no século XIX.⁵

A ampliação da estrada de ferro até Queimados, em 1858, promoveu a atração e fixação da população que, tendo se deslocado para as margens da linha do trem, estabeleceu um padrão de ocupação ainda hoje marcante na quase totalidade das cidades que compõem a região.⁶ Tal processo implicou o abandono das vias fluviais – até então fundamentais para a economia local – que acabaram por tornar-se obsoletas.⁷

Um segundo momento crucial da história local foi marcado, já na década de 1930,⁸ pela criação da Comissão de Saneamento da Baixada e do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que ocasionaram inúmeras mudanças na região, repercutindo em uma nova leva populacional, a partir da década seguinte.⁹ A chegada de migrantes de várias regiões do país e do estado – mas, sobretudo, nordestinos – em busca do sonho de um pedaço de terra e/ou da possibilidade de morar mais próximo ao local de trabalho (o município do Rio de Janeiro¹⁰) – resultou no período de maior crescimento populacional da região (décadas de 1950 e 1960), bastante superior às taxas observadas para o restante do estado (crescimentos de mais de 100%, só na década de 1950).¹¹

⁴ Peixoto (1968), Pereira, W., (1970; 1977), Ferreira (1994), Peres (1993, 2004), Silveira (1998), entre outros.

⁵ Abreu (1988), Peres (2004).

⁶ Sobre a extensão da linha férrea, temos o caso, por exemplo, de Japeri, cuja história é marcada pela morte de centenas de homens que trabalhavam na construção da ferrovia – acometidos de malária ou mortos em acidentes, devido às péssimas condições de trabalho e de salubridade na região.

⁷ Esse fato provocou mudanças consideráveis na região da vila de Iguassu (mais tarde Iguaçú e, a partir de 1916, Nova Iguaçú) até então tendo uma economia voltada para os portos (como os de Iguaçú e Estrela, por exemplo) que acabaram assoreados.

⁸ É importante salientar que um primeiro movimento para sanear e drenar as terras da Baixada ocorreu entre 1844 e 1900, tendo como maiores beneficiários os proprietários de terra locais – que já haviam lucrado com a valorização advinda da construção da estrada de ferro e que, com a drenagem e canalização dos rios, obtiveram lucros ainda maiores (Pereira, W., 1970, 1977).

⁹ Na década de 1930, tal migração acentuou-se devido fundamentalmente à citricultura e às mudanças na configuração do espaço na região. Até o início da Segunda Guerra Mundial, Nova Iguaçú era uma das maiores exportadoras de laranja do país (Fernandes, 1982; Pereira, W., 1977).

¹⁰ Algumas obras também contribuíram para tal processo, como por exemplo, a construção da avenida Brasil, em 1946, da rodovia Presidente Dutra (inaugurada em 1951), assim como os investimentos gerados graças aos loteamentos que surgiram a partir daí.

¹¹ Fonte: IBGE, 1996.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas pela associação da Baixada à violência, pobreza e criminalidade. Com a política não foi diferente. Trajetórias como a de Tenório Cavalcanti foram marcantes e a construção de sua *persona pública* nos permite pensar na possibilidade de utilização da violência e da coerção como expedientes políticos legítimos. Nesse sentido, o homem de “corpo fechado”, o “corajoso” que tinha a gratidão “do povo” de Caxias, encerrava um paradoxo ético, como ressaltou Beloch (1986, p. 76-77): era aquele que “mata, mas faz”, ou ainda “faz porque mata (os maus)”.

Se o caso de Tenório é emblemático da visibilidade do fazer político na Baixada Fluminense durante as décadas de 1950 e 1960, nas décadas seguintes outros personagens não deixaram de fazer jus ao legado do “homem da capa preta”. A partir de 1964, a região passaria por um processo de intervenção política e de supressão de qualquer forma de oposição ao regime militar instalado. Os últimos anos dessa década e toda a seguinte seriam marcados por cassações de políticos e pela imposição de interventores, contribuindo, assim, para o surgimento de uma nova elite no poder.

A década de 1980 significou o ápice da vinculação entre Baixada e violência – apontada na amostra dos jornais selecionados por Enne (2002), principalmente a partir de notícias que abordavam a questão da violência política também ligada aos interesses de comerciantes locais. Se, conforme destacou Alves (2003), a atuação dos grupos de extermínio na região teria se iniciado essencialmente a partir da década de 1960 – como forma de “garantir a ordem” frente aos saques e à ausência de segurança local diante da omissão do poder público – a partir de 1970, essa situação intensifica-se, estimulada por autoridades (policiais e militares) locais e por políticos. A “polfcia mineira” (Souza, 1997), como ainda é conhecida, estampava os jornais e imprimia o medo.

Para a Baixada (em termos de sua visibilidade externa), os primeiros anos de 1980 configuraram a “fase dos justiceiros e matadores”.¹² Mão Branca foi o mais famoso dentre eles, povoando os jornais cariocas do período (Enne, 2002). Além daqueles que se enquadravam melhor na categoria “matadores

¹² Dentre eles: Mão Branca, Carlinhos Blá-blá-blá, Paulo Cigano, Jorginho da Farmácia, Beto da Feira, De Souza, Careca, Paulo Hulk, alguns sendo policiais militares. Para uma análise mais detalhada sobre a atuação dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, ver no trabalho de Alves (2003, p. 101-172) o capítulo intitulado “Da ditadura militar ao neoliberalismo: o poder e a violência recente na história da Baixada”.

profissionais”, proliferavam também os assassinatos e a coerção física com fins políticos. Apesar disso, a década de 1980 marcaria ainda o período de emergência dos movimentos sociais na Baixada, fundamentalmente ligados à questão da casa própria.¹³

Além da violência e do surgimento dos movimentos sociais, um outro fator apontava, naquela década, para uma alteração nas relações de poder na região: a eleição de Brizola, em 1982, que teve forte impacto sobre a escolha dos prefeitos locais. O voto brizolista ou “fenômeno Brizola” refletiu o caráter oposicionista daquelas eleições, assim como a ênfase no discurso voltado para as classes populares.

Em termos políticos, a década de 1990 trouxe novidades para a Baixada. Associando nomes novos a lideranças já consolidadas, as redes assim constituídas delineavam os contornos que a vida política tomaria dali por diante. Alves (2005, p. 116) nos apresenta este panorama:

Após a primeira metade dos anos 90, conviviam na Baixada diferentes projetos políticos que se aproximavam, conforme inúmeras denúncias, tanto pelo clientelismo como pelas formas ilegais de ação: os Abraão David, com a eficiente fusão da contravenção com o carnaval e com o clientelismo político; o grupo comandado por Raunheitti, distribuindo vagas em escolas e creches, e oferecendo consultas e operações médicas gratuitas, tudo financiado pelas irregulares subvenções sociais do Congresso; Zito e Joca, combinando favor e medo, numa reedição moderna e situacionista do “homem da capa preta”. O brizolismo sobrevivia, embora muito mais como estratégia eleitoral e política de um prefeito, o Neca, em Nilópolis, do que como força política de resistência. A grande fragilidade ficava por conta do Partido dos Trabalhadores, movimentos sociais e CEB's, ainda com seu único vereador na Baixada, por Nova Iguaçu, sem os dois deputados estaduais que não se reelegeram e sem a mesma força mobilizadora dos anos 80.

A atuação de Tânia Maria Salles Moreira como promotora pública na comarca de Duque de Caxias desconstruiu a rede que a partir do próprio Fórum de Justiça da Cidade coordenava as execuções. O caso de *Pedro Capeta*, eleito no final dos anos 80 suplente de vereador, pelo PTB, revelou-se exemplar. Preso numa tentativa de assassinato, era assíduo freqüentador do Fórum e possuía uma carteira de

¹³ Ver Lesbaupin (1982), Bernardes (1983), Tavares (1993), Freire (2005), entre outros.

oficial de justiça *Ad Hoc* dada pelo então juiz. A arma com ele encontrada tinha lhe sido entregue pelo próprio juiz, após ter sido apreendida em um outro crime [...]. Assim, um dos mais famosos matadores da época agia com arma e carteira fornecidas pelo juiz, que represava processos de homicídios por anos em suas gavetas para arquivá-los em seguida, alegando ausência de tempo para operacionalizá-los. Desnecessário dizer que *Pedro Capeta* foi absolvido no processo por falta de testemunhas. [...] Para Hélio, a redução dos homicídios estava diretamente associada à sua capacidade de interferir na nomeação de delegados, destituindo aqueles vinculados ao esquema de execuções, que por sua vez agiam associados ao poder político local, responsável pela indicação das suas nomeações e sustentação no cargo. O que explicaria o fato de que em anos de eleições municipais a permanência de Hélio Luz à frente do cargo que ocupava tornava-se insustentável. (Alves, 2005, p. 25)

A escassez e a violência que marcaram os discursos sobre a Baixada construídos pela mídia até então foram atenuadas a partir da década de 1990, concomitantemente ao início da publicação do “Caderno Baixada” (um dos suplementos sobre bairros já publicados no município do Rio de Janeiro, posteriormente estendido para outras regiões do estado) do jornal *O Globo*.

Foi somente a partir de 2000 que as notícias sobre assassinatos e pobreza divulgadas na imprensa foram reduzidas de maneira mais significativa. Entre as hipóteses levantadas por Enne (2002, p. 90-91) para dar conta de tal fato estão a percepção de que o fenômeno da violência era agora generalizado, além da diminuição das distâncias físicas e simbólicas entre a Baixada e a cidade do Rio de Janeiro – possibilitada pelo incremento do fluxo de pessoas com as construções das Linhas Vermelha e Amarela – além da visibilidade alcançada por movimentos sociais locais e da percepção da região como um novo mercado consumidor em potencial. Ainda segundo a autora, durante a última década do século XX as matérias sobre a “efervescência cultural e social” já apontavam para uma alteração das representações sobre a região.¹⁴

Os mecanismos de aproximação (materiais e simbólicos) entre moradores da Baixada Fluminense e de cidades próximas – mas principalmente do Rio de Janeiro – expostos acima criaram novas alternativas, possibilitando que o fluxo

¹⁴ A tese de Costa (2006) ilustra esse “outro lado” da Baixada. Por meio do estudo das carreiras de alguns músicos da região, a autora nos permite acompanhar o processo de reformulação de suas identidades locais.

de pessoas pudesse se dar em outras direções que não apenas o sentido unilateral tradicionalmente estabelecido – da capital como único pólo de atração.¹⁵

Política e religião na eleição iguaçuana

No pleito de 2004 as redes políticas que atuam na Baixada polarizaram o *campo político* (pensado em termos de lutas entre concorrentes pelo poder político na cidade e na região como um todo¹⁶), fundamentalmente, em torno de dois candidatos principais: Mário Marques,¹⁷ do PMDB – através da coligação “Crescer sempre com Deus e o povo”, composta por 16 partidos (PP, PDT, PMDB, PSL, PTN, PSC, PL, PPS, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PV, PRP, PRONA e PT do B) – e, do outro lado, o paraibano Lindberg Farias,¹⁸ escolhido para disputar a eleição na cidade pela coligação “Hora da Mudança” (PT, PFL, PSDB, PSB e PC do B).

A candidatura e a campanha de Lindberg representaram não somente uma novidade em termos do lugar que a Baixada (via Nova Iguaçu) ocupou na política do estado, mas também do país de forma mais ampla – mas, sobretudo, por constituir o primeiro passo em direção a um projeto político coletivo do PT para o Rio de Janeiro, com implicações para as eleições de 2006. Pela primeira

¹⁵ E neste caso, o sentido oposto (Baixada – Rio) acaba sendo desconsiderado nas análises sobre o tema, já que tido como compulsório.

¹⁶ Ver, a este respeito, Bourdieu (1989, p. 163-164).

¹⁷ Aos 63 anos, após sete mandatos como vereador, tornou-se pela primeira vez prefeito de seu município, tendo assumido o cargo em 2002. Perdeu a eleição para Lindberg Farias em 2004, mas foi eleito deputado estadual pelo PSDB nas eleições de 2006. Sobre a trajetória de Mário Marques, consultar Barreto (2006).

¹⁸ Lindbergh Farias Filho iniciou a vida política cedo. Em 1988, Lindbergh filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). No ano seguinte, integrou, como secretário-geral, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba. Em 1991, tornou-se secretário-geral da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, em maio de 1992, foi eleito seu presidente. Meses depois, Lindbergh se transformaria em um dos principais líderes do movimento dos “caras-pintadas”, conseguindo grande destaque na mídia com o processo do *impeachment* do presidente Fernando Collor. Elegeu-se deputado federal pelo PC do B em 1994. Em setembro de 1997, já tendo alterado a grafia de seu nome político, suprimindo a letra h, Lindberg desligou-se do PC do B, filiando-se ao PSTU. Em 1998, tentou a reeleição, mas, apesar da expressiva votação, não conseguiu se eleger. Em 2000 tentou novamente, mas agora para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, novamente seu partido não atingiu o coeficiente eleitoral. Em 2002, já pelo PT, elegeu-se deputado federal. Em 2004, disputou e venceu a eleição para prefeito de Nova Iguaçu.

vez, em muitos anos, Nova Iguaçu e a Baixada, de forma mais ampla, eram alçadas a manchetes nacionais sem remissão direta (ou exclusiva) à violência, criminalidade ou pobreza da região.¹⁹

A campanha de Lindberg caracterizou-se por duas fases. A primeira delas seria traduzida no desconhecimento da população iguaçuana sobre a candidatura petista e seu candidato – período compreendido entre sua (alegada) mudança para a cidade em 2003 e agosto de 2004. A segunda teve início com o horário gratuito de propaganda eleitoral, com a intensificação da campanha de rua (a fama junto ao eleitorado feminino – *Lindoberg* ou *Lindinho*), com o apelo a um projeto novo de cidade e de Baixada e, principalmente, pela festa (com destaque para os *showmícios*).

Se a festa, a princípio, revelaria uma dimensão mais harmoniosa ou alegre das campanhas eleitorais, ela também abarca uma dimensão de conflito – ora entre os grupos adversários pela promoção da melhor festa, ora sob outras rubricas.

A idéia da universalidade da guerra figura entre nossas mais antigas teses sobre a natureza humana, como, por exemplo, na guerra de todos contra todos, que qualifica o estado de natureza em Hobbes. A concepção da guerra, e de uma gramática e estética próprias a ela, não está apartada do mundo da política, muito pelo contrário. O universo político institucionalizado por partidos e homens públicos demonstra as formas variadas em que esse “estado” ali se instaura, legitimamente.

As eleições, pensadas como *arenas*, mas também como espetáculos, nos remetem diretamente a essa questão. Se na bruxaria “l’acte, c’est le verbe” (Favret-Saada, 1998), na política não seria diferente. O bruxo, o mágico, o profeta e o político têm em comum a palavra como força-motriz de uma ação à distância. A palavra engendra uma rede de ações, reações e relações. Assim, na guerra da política a palavra é sua ferramenta por excelência. Mas não somente a palavra, a ela soma-se o gesto, a imagem. A publicidade (aqui entendida como englobando o *marketing* político) torna-se assim o instrumento por excelência dessa guerra.

¹⁹ Tais “imagens” não desapareceram por completo, foram minimizadas em relação às demais regiões do estado e, principalmente, ao município do Rio de Janeiro, conforme retratado por Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2005) no relatório, realizado pelo CESeC, assim como no relatório Impunidade na Baixada Fluminense ([2005]), organizados em conjunto por diversas entidades e centros de pesquisa.

Em período de campanha, os candidatos estão na base do “matar ou morrer”, já que perder uma eleição pode significar, de fato, a “morte” política. Estar apartado desse *mundo*, sem a garantia dos *acessos* que ele possibilita (Bezerra, 1998; Kuschnir, 2000), pode ser o prenúncio do fim, e, com sua força simbólica, torná-lo real.²⁰

Desse modo, as eleições no Estado do Rio de Janeiro e, mais especificamente, na Baixada Fluminense, transformaram-se em uma das principais arenas (senão a principal) nas quais tais confrontos se desenrolaram. Os comícios e *showmícios* marcaram o ritmo das campanhas a partir do fim de agosto, e os embates entre os principais candidatos foram tornando-se cada vez mais acirrados. De um lado, o PT nacional e o governo federal – através do presidente Lula e de seu *staff* – e, de outro, o governo estadual – por intermédio do casal Garotinho (Anthony e Rosinha Matheus) – encetaram conflitos que se tornariam os objetos preferenciais das mídias escrita e televisionada. A partir desse momento, não se tratava apenas do projeto coletivo do PT que abarcou projetos individuais como o de Lindberg ou mesmo o de Zito (na época, PDT – Duque de Caxias²¹), em alguma medida. Havia também o projeto político de

²⁰ O clima de guerra que reinou durante o período eleitoral em Nova Iguaçu chegou, em alguns momentos, perto das vias de fato. Conforme noticiado pelo jornal *O Globo* de 1 de novembro de 2004: “O acirramento da campanha no segundo turno em Nova Iguaçu se refletiu ontem nas ruas. Militantes dos candidatos a prefeito da segunda maior cidade da Baixada Fluminense – Lindberg Farias (PT) e Mario Marques (PMDB) – só não trocaram socos e pontapés ontem porque foram impedidos por fiscais do TRE e policiais militares.” (Tensão..., 2004). Outro fato que mereceu destaque na imprensa foi a intimidação sofrida pelo coordenador político da campanha, Antônio Neiva, conforme relatado pela *Folha de S. Paulo* de 12 de setembro de 2004: “O primeiro alerta de que a campanha poderia ser perigosa veio no início da disputa. Em junho, o coordenador político da candidatura, Antônio Neiva, foi cercado ao descer do ônibus que o trouxe do Rio. Neiva contou que dois homens saltaram de um carro e o imprensaram contra um muro. ‘Mandaram um recado para o Lindberg, a quem se referiram como ‘o paraíba’ [o deputado é paraibano]. Deixaram claro que ele corria riscos caso insistisse na candidatura. Falaram que eu estava sendo seguido havia 36 horas. Acreditei, pois disseram coisas que fiz no período’, disse Neiva. O escritório em Nova Iguaçu já foi invadido duas vezes. Foram roubados documentos e computadores. Na semana passada, foram pichados os 70 outdoors de Lindberg na cidade. As pichações visaram, sobretudo, o rosto dele.” (Lindberg..., 2004).

²¹ Em Duque de Caxias, a disputa girou em torno do candidato apoiado por Zito (Laury Villar – PDT) e o candidato apoiado pelo casal Garotinho (Washington Reis – PMDB). Zito iniciou sua vida política como vereador em 1988 pelo PTR, reeleito em 1992 pelo PSB. Em 1994 elegeu-se deputado estadual já pelo PSDB, partido pelo qual também foi eleito prefeito por dois mandatos consecutivos em Duque de Caxias. Em 2001 deixou o partido, aproximando-se do PMDB, mas acabou se filiando ao PDT. Em 2006, de volta ao PSDB, disputou e venceu a eleição como o candidato mais votado para a Alerj em todo o Estado do Rio de Janeiro, com 204.888 votos (TRE-RJ).

Garotinho e de sua rede política para o Rio de Janeiro e para uma possível (na época) candidatura à presidência da República.

O arsenal do grupo ligado a Garotinho já estava preparado: além de acusações do uso da máquina administrativa com fins eleitorais que pairavam sobre a candidatura petista de Lindberg Farias – mesmo antes da eleição – outros ataques vieram também na forma de cartazes distribuídos pela cidade, *outdoors* e adesivos com mensagens como “Trate bem o turista, mas não vote nele”.

Foram objetos da campanha difamatória adotada contra Lindberg, desde suas trocas de partido, ou sua atuação como relator no caso da demarcação de terras da reserva indígena Raposa Serra do Sol, até a posição por ele assumida para a votação do salário mínimo (entre outras).

A tais ataques somaram-se, ainda, as ameaças da governadora do estado, Rosinha Matheus, e de seu marido aos eleitores que votassem em candidatos adversários. Àquela altura – meados de setembro de 2004 – o empate técnico entre Lindberg e Mário Marques em Nova Iguaçu, assim como os índices de Laury Villar, em Duque de Caxias, eram preocupantes. Diante disso, o casal Garotinho entrou com toda a força na campanha do PMDB, direcionando todas as armas disponíveis contra os candidatos petista e pedetista, respectivamente. O que de início começou com ofensivas nos palanques, logo ganhou o espaço dos programas televisionados.

Tem um candidato que sobe nos palanques para nos ofender, nos xingar e isso não é bom porque nós queremos continuar amando Nova Iguaçu, visitando essa cidade. Como é que nós vamos fazer isso caso esse candidato que nos ofende seja prefeito da cidade? A escolha é sua. (Discurso de Anthony Garotinho, transmitido durante horário de propaganda eleitoral gratuita da coligação “Crescer sempre com Deus e o povo”, em setembro de 2004).

Os interesses de reprodução/ampliação das redes políticas e de influência na região, por ambos os lados (no caso de Nova Iguaçu, PT e PMDB), ficou logo evidente e a resposta foi imediata.²² Alguns ministros foram convocados a

²² É importante destacar que um terceiro termo esteve implicado na equação política em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense como um todo: César Maia e o PFL. A atuação (mais ou menos) discreta durante o primeiro momento da campanha não impediu que o prefeito do Rio de Janeiro declarasse seu apoio a Lindberg e que participasse ativamente do segundo turno – subindo nos palanques, inclusive. Para o mapa político da Baixada, a rede encabeçada por César Maia significava um rearranjo das forças locais e regionais, delineando um poderoso triângulo entre PT, PMDB e PFL.

entrar na briga e a imprensa tornou-se o palco de embates veementes e indignados entre os dois pólos.²³ A pluralidade de partidos na disputa foi canalizada em dois discursos ao mesmo tempo inclusivos e excludentes, simbolizados pela oposição entre as *personas*: Lula/Lindberg *versus* Garotinho/Marques.

Segundo o jornal *O Globo* de 13 de setembro de 2004 (Governo..., 2004), “em reação ao crescimento de Lindberg, Anthony Garotinho, presidente regional do PMDB, disse que a governadora Rosinha Matheus não repassaria recursos estaduais para a prefeitura se o petista fosse eleito”. Representantes do governo federal responderam às ameaças de cortes em projetos sociais de Nova Iguaçu com a promessa de cobrir qualquer ônus eventual aos moradores (e eleitores) da cidade. Na ocasião, o então ministro da Educação, Tarso Genro, deu a seguinte declaração à imprensa (escrita²⁴ e televisionada):

O presidente da República me autorizou a dizer que nós vamos não só estabelecer uma relação de qualificação e de igualdades com os prefeitos, como também o governo federal vai cobrir qualquer ausência de convênio que eventuais governos de estado se neguem a fazer por discriminação política. (*Jornal Nacional*, 25 set. 2004).

A declaração de Garotinho desencadeou ainda uma manifestação pública de repúdio, no dia 27 de setembro, nas escadarias da Alerj. Batizado de “Movimento por eleições limpas e éticas na política do Rio”, o evento clamava por eleições transparentes, sem boicotes, contando com a presença de diversos políticos e parlamentares de partidos aliados – naquele momento – a Lindberg, tais como: Marcello Alencar, Luis Paulo Corrêa da Rocha, Chico Alencar, Carlos Minc, Rogério Lisboa, César Maia, Rodrigo Maia, Andréia Zito,²⁵ além de

A aproximação entre César Maia e Lindberg não era tão impensável quanto poderia parecer à primeira vista, diante de seu contato bastante próximo com o filho do prefeito e deputado federal, Rodrigo Maia, e com o vereador Rogério Lisboa.

²³ Em menos de um ano, diversos ministros de Estado estiveram em Nova Iguaçu: Gilberto Gil (da Cultura), Humberto Costa (da Saúde), Aldo Rebelo (da Coordenação Política), José Dirceu (da Casa Civil) e Tarso Genro (da Educação), além de João Paulo Cunha (líder do governo na Câmara). Tal fato mereceu destaque no *Jornal do Brasil* de 4 de outubro de 2004 e em *O Globo* de 15 e 16 de outubro de 2004.

²⁴ *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* de 25 de setembro de 2004.

²⁵ Desta lista, Andréia Zito (PSDB), Rogério Lisboa (PFL), Rodrigo Maia (reeleito – PFL) e Chico Alencar (reeleito – PSOL) foram eleitos para a Câmara dos Deputados em 2006. Já Carlos Minc (PT) foi reeleito deputado estadual (TRE-RJ).

membros do PT de Nova Iguaçu e do seu diretório estadual. Tal iniciativa (que segundo a coordenadora da assessoria de comunicação política de Lindberg, Débora Souto, teria partido dela) constituiu o acontecimento propício para angariar mais visibilidade à candidatura petista e buscar maior apoio popular.

O Secretário de Segurança é um elemento desestabilizador na eleição. O que se tenta fazer é espalhar a política do medo. É a ante-sala do terrorismo. Vários candidatos têm sofrido também com a distribuição de panfletos anônimos. Esta política é hitlerista – afirmou Lindberg. (Medeiros; Lamego, 2004).

Zito não participou do ato público e justificou-se, na entrevista que me concedeu, dizendo que aquele não era seu “estilo”: “Eu sempre fui contrário a tudo isso aí. Sempre fui contra essa política do Garotinho para o Estado do Rio de Janeiro. Eu sofri com isso aqui, em Caxias. Mas nunca fui um político de ir pra rua e mostrar uma indignação exagerada, exacerbada, né?” Sua filha, a deputada estadual Andréia Zito, no entanto, marcou presença fazendo coro com o grupo liderado por Marcello Alencar.

Em seguida, a denúncia de Lindberg quanto ao assistencialismo do governo estadual em troca de votos, no caso da distribuição de cestas básicas pela Fundação Leão XIII, acabou ocasionando sua suspensão e a revolta da população local.²⁶ No jogo das visibilidades, era preciso culpabilizar os agentes do *mal*, – nesse caso, os “assistencialistas”, os “corruptos”. Precisava-se, portanto, de um “bode expiatório”. Nesse sentido, a organização da mobilização anteriormente mencionada – que tinha como bandeira eleições limpas e éticas – colocava o adversário no pólo oposto, do *mal*. É interessante perceber que, apesar de tudo isso, a menção à assistência não foi de todo descartada no discurso político de Lindberg, mas apenas atenuada, conforme percebemos em reportagem da *Agência Carta Maior*, de 31 de outubro de 2004, sobre o caso da distribuição de cestas básicas:

A governadora Rosinha Matheus determinou, em 19 de outubro, que a Fundação Leão XIII, ligada ao governo estadual, iniciasse em Nova Iguaçu a distribuição de

²⁶ A *Folha de S. Paulo* do dia 29 de outubro de 2004, em matéria intitulada *Panfletos Acusam Lindberg de Impedir Distribuição de Cesta Básica*, relata a responsabilidade atribuída a Lindberg Farias pela suspensão da distribuição das cestas básicas, ordenada pela Justiça Eleitoral de Nova Iguaçu, por intermédio de diversos panfletos distribuídos pela cidade.

cestas básicas para moradores dos bairros Aymoré e Campo Belo, duas das áreas mais carentes da cidade. Anunciada com antecedência pelo prefeito, a distribuição das cestas era feita, segundo apurado por fiscais da Justiça Eleitoral, mediante a apresentação pelos beneficiados da carteira de identidade e do título de eleitor. Os fiscais presenciaram a entrega de 780 cestas e, no dia 26 de outubro, o juiz José Lessa Giordani determinou a suspensão da distribuição. Rosinha acatou a decisão da Justiça, mas no mesmo dia ordenou o início da distribuição entre os iguaçuenses, de tíquetes que podem ser trocados por latas de leite em pó. O candidato do PT reagiu à distribuição de alimentos pelo governo estadual, prometendo aos eleitores de Nova Iguaçu que vai ampliar na cidade o Programa Bolsa Família, do governo federal. Para as ameaças da governadora, que afirma que “será obrigada a abandonar Nova Iguaçu se Lindberg for eleito”, o petista ressalta a todo momento sua ligação com o governo federal. Nesse contexto, até mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva gravou mensagens para a propaganda eleitoral na televisão dizendo para o povo “votar em Lindberg sem medo” porque “vai compensar Nova Iguaçu de outras formas se a cidade for abandonada pelo governo estadual”. (Eleição..., 2004).

Em Caxias, Garotinho e a governadora Rosinha utilizavam-se de estratégia semelhante, proferindo ameaças e acusações aos adversários locais durante os comícios realizados na localidade. Presença constante nos palanques do município, o casal não poupava ninguém.

Os candidatos [Sandro Matos (PTB), em São João de Meriti, e Laury Villar (PDT), em Caxias] também reclamaram do uso da máquina do governo estadual na eleição. Segundo Zito, as ruas de Caxias estão forradas de cartazes de propaganda do estado, com promessas de realizações e obras. Sandro Mattos reclamou que em Meriti os políticos ligados ao governo estadual fazem circular boatos de que, se eleito, ele acabaria com o cheque-cidadão. (Caldeira, 2004).

A temática religiosa que, apesar de estar presente desde o início na campanha de Mario Marques (vide seu *slogan*), até então não havia tido grande destaque, mas tomou vulto e a briga pelo “voto evangélico” atingiu seu ápice durante o segundo turno das eleições.²⁷ Diante desse cenário, cada candidato

²⁷ Conforme anteriormente mencionado, as religiões protestantes foram tratadas, em um primeiro momento, como mais um segmento eleitoral, contando com *shows* específicos, visitas às igrejas, conversas com pastores e fiéis, etc. Naquele momento, no entanto, não se havia apelado ao discurso religioso como arma político-eleitoral, vinculando a opção religiosa (e sua prática) ao voto em um candidato em particular.

procurou costurar suas alianças com nomes importantes do meio evangélico da Baixada e do estado, de forma mais ampla.²⁸ As visitas às igrejas repetiam-se com frequência; o *campo religioso* local foi polarizado por pastores de distintas vertentes. Dentre eles, Manoel Ferreira, principal líder da Assembléia de Deus, manifestou seu apoio a Lindberg – graças à adesão de Fernando Gonçalves à campanha petista – acompanhando-o em caminhadas e também nos palanques.²⁹ Já do outro lado, o bispo da Universal, senador pelo PL e segundo lugar no pleito carioca daquele ano, Marcelo Crivella,³⁰ deu seu apoio a Mário Marques, conclamando os pastores da Iurd, como também seus fiéis, a votarem nele.³¹

Candidato pelo PT à prefeitura de Nova Iguaçu, Lindberg Farias prometeu reunir pelo menos 300 pastores evangélicos na igreja da Assembléia de Deus, na cidade, amanhã. A estratégia visa a “arrebatar” parte dos fiéis que estão hoje sob a influência do ex-governador Anthony Garotinho (PMDB). O peemedebista apóia a campanha do prefeito Mario Marques (PDT), que busca a reeleição. A entrada dos evangélicos na campanha de Lindberg foi acertada, segundo o candidato, com o pastor Manoel Ferreira (PL), que foi candidato a vice na chapa de Luiz Paulo Conde e, até então, era aliado de Garotinho (Caldeira, 2004).

²⁸ De acordo com os dados do Censo do IGBE, a população evangélica brasileira passou de 13,3 milhões entre 1999 e 2000 para 26,1 milhões, em 2002. Isto significa um crescimento percentual de quase 100%, muito superior a qualquer outra denominação religiosa.

²⁹ O pastor Manoel Ferreira (PTB) foi reeleito deputado federal em 2006.

³⁰ Marcelo Crivella disputou a eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro em 2006, inicialmente como um dos principais nomes, mas acabou ficando com o terceiro lugar; atrás do eleito, em segundo turno, Sergio Cabral (PMDB) e de Denise Frossard (PPS).

³¹ Destaco que o pastor Manoel Ferreira e Garotinho pertenciam à mesma denominação religiosa, colocando-se, no entanto, nessa eleição, em arenas políticas opostas, privilegiando seus interesses particulares e o vínculo partidário em detrimento do pertencimento religioso. O primeiro foi o terceiro colocado para a vaga do Senado Federal, em 2002, tendo sido também candidato a vice-prefeito na chapa de Luiz Paulo Conde, nas eleições municipais de 2004, no município do Rio de Janeiro. Com a aliança com o PTB em Nova Iguaçu, pôde apoiar publicamente o candidato do PT. Garotinho, por sua vez, já tinha costurado anteriormente uma aliança com a Iurd – em 2002, na época filiado ao PSB. Apesar do PL ter tido um senador na chapa de Lula naquelas eleições para a presidência da República, predominou, ao que parece, o vínculo evangélico. No segundo turno, Garotinho declarou seu apoio a Lula e teria atuado como mediador junto a outras igrejas para conseguir congregá-las ao candidato petista. Vale a pena lembrar que José Serra (PSDB), adversário de Lula, recebeu o apoio da Convenção Nacional das Assembléias de Deus, da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil e também da Igreja Quadrangular (Machado, 2003; Oro, 2003).

– Não cheguei até aqui por acaso. Tenho certeza de que foi a vontade de Deus. Após conversar com o pastor, saí com espírito renovado, pronto para a maratona do segundo turno – afirmou (Evangélicos..., 2004).

Em Duque de Caxias, apesar dos conflitos entre o pastor Manoel Ferreira e seu “padrinho”, Garotinho, e do primeiro ter manifesto publicamente sua adesão à campanha de Laury, o candidato do PMDB contou com o apoio de alguns pastores de sua denominação religiosa, a Assembléia de Deus. “Zito ajudou na minha candidatura ao Senado. Graças a ele, tive mais de 15 mil votos. Estou firme nesta campanha para ajudar a eleger Laury – explicou o pastor evangélico”, em entrevista ao *Jornal do Brasil* de 18 de outubro de 2004 (Pastor..., 2004).

Entre as armas utilizadas pela rede de Garotinho em Nova Iguaçu, destaca-se uma tática bastante “tradicional” na política: a distribuição de cartas, só que, dessa feita, de cunho religioso – postadas pela Delta Construções³² (empresa ligada a Nelson Bornier³³), nas quais Garotinho pedia votos para o candidato do PMDB.³⁴

A temática do *mal*, vinculada anteriormente à falta de ética, é retomada com toda força, agora, com viés religioso.³⁵ Na Baixada encontramos uma população evangélica expressiva; em Nova Iguaçu, o palco desses conflitos, os

³² “Uma coisa de amizade” (Name, 2004a). É assim que o deputado federal Nelson Bornier (PMDB) define a colaboração da empreiteira Delta Construções S. A. à campanha do prefeito peemedebista Mario Marques, candidato à reeleição em Nova Iguaçu, na disputa com Lindberg Farias.

³³ Nelson Bornier é um dos principais nomes da política na Baixada. Prefeito de Nova Iguaçu por dois mandatos, foi reeleito deputado federal em 2006 pelo PMDB, assim como conseguiu eleger seu filho, pela primeira vez, também para a Câmara dos Deputados (pelo PHS).

³⁴ Entre as estratégias políticas de vinculação de um determinado candidato a um nome político considerado “forte”, de prestígio, destaca-se a distribuição de cartas cujo teor pode variar de um simples pedido de voto a acusações explícitas ao adversário. Há também telefonemas, nos quais o político mais conhecido, e que apóia a candidatura em questão, grava uma mensagem telefônica – mencionando o nome do proprietário da linha e do morador – pedindo voto para o “seu candidato”. Nas duas estratégias, a personalização do contato, por meio do emprego do nome próprio do eleitor, pode ser pensada como uma forma de criar laços e promover uma “sensação de proximidade” no eleitor. No horário político eleitoral gratuito, o candidato fala “para todos”. Nas cartas e telefonemas, ele fala com a pessoa, singularizada na utilização de seu nome próprio. Algumas matérias de jornais expuseram tal questão. Dentre elas, a de Daniela Name (2004b).

³⁵ Para a problemática da constituição do mal na cultura brasileira, ver particularmente os artigos de Birman (1997), Palmeira e Heredia (1997) e Sanchis (1997).

evangélicos correspondem a 29% da população. A vinculação entre pobreza, violência e religião foi evidenciada também no trabalho de Leite (2003), segundo o qual algumas aproximações podem ser traçadas entre a condição estigmatizante dos moradores da Baixada e aquela dos moradores das favelas cariocas, principalmente no que tange à relação entre tal estigma e a conotação que o vínculo religioso adquire nesses segmentos. Eis algumas de suas conclusões (Leite, 2003, p. 71):

[...] o acirramento da violência na cidade [do Rio de Janeiro] correspondeu, na última década, a um adensamento dos estigmas sobre os moradores das favelas. Criminalizados por ali residirem, são aproximados de bandidos e marginais em uma lógica que considera a convivência forçada um sintoma de convivência. As favelas e seus moradores são, no Rio de Janeiro, aproximados do campo do “Mal” – associado à violência e ao terror das quadrilhas de narcotraficantes. Neste contexto, cresce a importância da adesão religiosa como meio de afastar-se do campo conflagrado da violência social, tanto pela crença no efeito transformador da palavra religiosa, capaz de converter o mais renitente dos pecadores que assim iniciaria uma nova vida distante dos “erros do passado”, quanto, e em decorrência, pelo efeito social positivo de discriminação dos adeptos das religiões evangélicas da marginalidade e do crime.

As investidas de Garotinho e de seus aliados já associavam a candidatura petista à encarnação do *mal* (primeira citação, abaixo) mesmo antes da declaração de apoio de Fernando Gonçalves a Lindberg – e deste último ter adquirido o *status* de “convidado-bem-vindo” no campo evangélico iguaçuano. No segundo turno, no entanto, entrou em cena a poderosa “máquina” das igrejas envolvidas nas campanhas (segunda citação, abaixo); uma nova interpretação para a guerra política sendo então apresentada.

Diante de milhares de pessoas, a maioria composta por jovens evangélicos reunidos para o show Celebrai, Garotinho juntou no palco cantores conhecidos de música gospel e pediu que todos orassem “para pedir a Deus que impeça a eleição de Lindberg”. Como justificativa, o ex-governador alegou que o petista “ofendia a fé cristã da cidade”, ao assumir determinadas posições políticas: “Este rapaz defende a legalização da maconha e o casamento de pessoas do mesmo sexo, e isso não é coisa que um verdadeiro cristão apóie. Falem isso na igreja, contem para papai e mamãe. A eleição deste moço é muito ruim para Nova Iguaçu”, disse. (Garotinho..., 2004).

Para se defender, o PT buscou apoio no PTB. O candidato do partido, Fernando Gonçalves, que chegou em terceiro lugar com 12% dos votos, declarou apoio a

Lindberg, tirando da campanha petista o estigma de “ser de fora de Nova Iguaçu”, explorado pelos adversários. Iguaçuano e deputado federal mais votado na cidade, Gonçalves ainda por cima também é evangélico, o que ajudou muito Lindberg a jogar para o alto a pecha de “filho do demo” que quer lhe colar Garotinho [...]. No dia 10 de outubro, presente a um templo da Assembléia de Deus lotado, Lindberg foi alvo das bênçãos e orações de lideranças políticas e/ou religiosas como o próprio Ferreira e a ex-governadora Benedita da Silva. O candidato petista – que já leu as cartilhas de Stalin no PC do B e depois as do seu inimigo, Trotsky, no PSTU, que já foi radical e agora é moderado do PT – é católico, mas não esconde mais sua simpatia pelos evangélicos pentecostais. Do lado de fora do templo, militantes de outras seitas distribuíam o jornal *Folha Cristã*, com acusações a Lindberg e uma matéria dizendo que a prefeitura petista de Belo Horizonte mandou construir “um templo para Satanás”. Essa guerra santa se explica pelo incrível contingente de eleitores evangélicos de Nova Iguaçu: segundo um levantamento feito pela PUC-RJ, 29% dos habitantes da cidade são evangélicos. A Assembléia de Deus é a maior seita, com 11,5% dos iguaçuanos, enquanto a Igreja Universal é seguida por 3,5% da população. (Guerra santa no interior..., 2004).

Com relação a Duque de Caxias, o discurso de Zito tentou passar ao largo da questão, desvinculando a opção religiosa da prática e escolha políticas. Mesmo tendo esposa e filha evangélicas, ele não declara pertencimento a qualquer denominação religiosa, e costuma enfatizar a necessidade de autonomia dos fiéis no momento da eleição:

O líder comunitário, o pastor, o padre pode ser alguém que o induziu [o eleitor] ao erro. A política que quer ser levada a sério [...] porque, senão, nós estamos usando uma arma, que é o nosso voto, apontado para nós mesmos, contra nós. Assim, eu vejo que a predominância de algumas entidades – ou mesmo religião – é um momento, isso é passageiro. E eu espero que cada cidadão saiba separar uma coisa da outra e comece a entender da sua responsabilidade com o seu voto. (entrevista com Zito, 26 abr. 2006).

As acusações não pararam por aí, a onda de boatos tampouco. Lindberg foi novamente atacado. A notícia de que teria uma filha – até então ignorada – com uma garçonne agitou o clima político local e provocou uma avalanche de matérias na imprensa.³⁶ Tal boato teria sido espalhado (e fabricado) pela rede

³⁶ Como mencionado no capítulo anterior, algumas matérias deram destaque aos boatos que o candidato do PT enfrentou durante toda a campanha. Por exemplo: *O Globo* de 23, 24 e 31 de outubro de 2004, referindo-se às diversas acusações ao candidato petista, inclusive a de paternidade.

política de Mário Marques, e Lindberg acabou acusando o ex-governador de ser o responsável pelo fato.³⁷ O PT nacional também marcou posição, enviando nota aos jornais em repúdio aos ataques efetuados a seu candidato no segundo turno.³⁸

Ao *blame gossip* juntaram-se as acusações de cunho religioso e a novidade dos panfletos assinados. Durante o primeiro turno, diversos panfletos apócrifos já haviam sido espalhados pela cidade com acusações de diversos tipos; no segundo turno, a divulgação de sua autoria marcava uma inflexão na estratégia. Segundo o candidato do PMDB, o que sua coligação fazia era esclarecer o eleitor a respeito de “quem era esse candidato”, “esse tal de Lindberg”.

Algumas considerações finais

A relação entre os campos político e religioso no Brasil não constitui propriamente uma novidade, apesar de recente. A Iurd talvez figure como a principal iniciativa dos evangélicos no *campo político*. De acordo com Oro (2003, p. 53), sua atuação nesse universo teve início nas eleições de 1986 para a Assembléia Nacional Constituinte, elegendo um deputado federal. Ainda segundo o autor, a partir daí, sua inserção foi aumentando significativamente ao longo do tempo (1990: três deputados federais e seis estaduais; 1994: seis deputados federais e oito estaduais, a Secretaria do Trabalho e Ação Social e 500 mil votos para o seu candidato ao Senado; 1998: dezessete deputados federais e vinte e seis estaduais; 2002, dezesseis deputados federais e dezenove estaduais).

³⁷ Tal acusação foi notícia em jornais como *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*, de 21 de outubro de 2004, e *O Globo* de 22 de outubro de 2004.

³⁸ A matéria divulgada na *Folha de S. Paulo*, de 21 de outubro de 2004, configura um dos exemplos: “O presidente nacional do PT, José Genoíno, divulgou nesta sexta-feira nota oficial reclamando de ataques sofridos pelos candidatos petistas no segundo turno das eleições. Segundo a nota, o PT é vítima de ‘armações e violências’ por parte de seus adversários. Ao conchamar seus correligionários a ‘não caírem em provocação’, Genoíno afirma esperar que os ‘nossos adversários não se utilizem desse clima de sectarismo e violência, que não condiz com um país democrático e civilizado.’” (PT se manifesta..., 2004). Outras matérias foram veiculadas pelo jornal *O Globo* dos dias 26, 29 e 30 de outubro de 2004. Em uma delas, Merval Pereira (2004) referiu-se aos ataques como “os mais baixos recursos, até mesmo a religião”; Arthur Dapieve (2004) ressaltou os “argumentos pretensamente religiosos” do casal Garotinho e, por último, Teresa Cruvinel (2004) remetia ao “tom religioso”, mas também às ameaças de corte de verbas e projetos sociais do governo do Estado, feitas por Garotinho.

No Rio de Janeiro, desde a eleição de Anthony Garotinho (PDT) para o governo do estado – tendo como vice, Benedita da Silva (PT), também evangélica – em 1998, a participação dos evangélicos e a associação entre o *campo religioso* e o *capital político* dessa coligação possibilitaram a supremacia política do casal Garotinho na eleição seguinte, assim como a ampliação das vagas ocupadas por políticos evangélicos na Alerj.³⁹

Bispo Rodrigues, bispo João de Jesus, pastor Almir, bispo Vieira Reis, pastor Divino, bispo Léo Vivas, pastor Ely Patrício, bispo Caetano, pastora Edna, bispo Jodenir, Arolde de Oliveira, Eduardo Cunha, entre outros, são alguns nomes de lideranças evangélicas locais, eleitas para mandato parlamentar no Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 2002. Apesar da “onda Lula” – que repercutiu em todo o Brasil nas eleições proporcionais, possibilitando um crescimento considerável do número de parlamentares de esquerda, principalmente do PT – as comunidades evangélicas e outros grupos sociais tradicionalmente representados (desde militares e policiais, até *funkeiros* e esportistas) tentaram garantir seus espaços nas urnas, nem sempre obtendo o resultado esperado. Nessa eleição, Garotinho recebeu 15.175.729 votos (17,87%) na disputa para a presidência da República, enquanto sua esposa, Rosinha Matheus foi eleita governadora do Estado do Rio de Janeiro, ainda no primeiro turno, com 4.101.423 votos (51,30%).⁴⁰

O tom das disputas e a condução da guerra política (apelidada por alguns de “guerra santa”) no estado do Rio de Janeiro em 2004 foram criticados por membros do próprio partido de Garotinho. Líderes de expressão nacional do PMDB colocaram-se contrários à ofensiva e ao uso do discurso religioso. Jorge Gama, ex-deputado federal e atual secretário na Secretaria da Baixada, nome tradicional do PMDB local, apesar de tentar atenuar algumas posições do ex-governador, também fez críticas ao “estilo Garotinho” e à própria mudança que uma figura política como a dele implicaria ao PMDB.

³⁹ Nas eleições de 2002, um dos líderes da Igreja Universal, o bispo Marcelo Crivella (PL), foi eleito para o Senado com 3,2 milhões de votos. Manoel Ferreira (PTB), da Assembléia de Deus, foi o 3º colocado, com 1,7 milhão. Ainda não concluí minha análise sobre os dados referentes à eleição de 2006, por isso eles foram apresentados aqui apenas em relação aos políticos citados.

⁴⁰ Segundo Machado (2003), a Assembléia de Deus teve 24 candidatos concorrendo para a Alerj (tendo eleito 5 deputados), seguidos de 18 da Igreja Batista e 17 da Iurd.

O projeto político do casal Garotinho foi embasado na linguagem religiosa que conferiu intensidade dramática à operacionalização efetuada entre liderança espiritual e assistencialismo social. Diversos autores ressaltam o papel da assistência e do *trabalho social* nas experiências de aproximação entre política e religião implementadas em diversos estados brasileiros (Conrado, 2000; Coradini, 2001; Machado, 2001; Oro, 2001, 2003; Peirucci, 1989). De acordo com Novaes (2002), a Igreja Universal teria inaugurado o estilo, pensado como “corporativismo de viés religioso”. Tal iniciativa, no entanto, logo foi seguida por inúmeras outras. A Assembléia de Deus, por exemplo, esteve envolvida em projetos como o do cheque-cidadão, implementado no governo de Garotinho no Rio de Janeiro (Machado, 2001). Mais recentemente, como já mencionado, encontramos, em todo o estado, a rede assistencialista vinculada à Fundação Leão XIII e seu uso com fins eleitorais.

Pautar a política na assistência e prestação de favores – podendo implicar laços de gratidão e dívida moral – não é exclusividade das lideranças religiosas e evangélicas. Na política brasileira encontram-se vários exemplos dessa prática (Kuschnir, 2000; Lanna, 1995; Leal, 1975). Se para alguns autores – como nos aponta Coradini (2001) – as preocupações dos políticos evangélicos estariam preferencialmente a “serviço da religião” e menos voltadas para politizar as questões religiosas e/ou mundanas, para outros – como demonstrou Machado (2003), em seu trabalho sobre políticos evangélicos na Câmara Municipal e na Alerj – a filantropia e o engajamento em ações sociais não se restringiriam à ética religiosa, remetendo igualmente às ocupações profissionais e à tentativa de angariar mais poder no espaço público. Assim, a partir de um depoimento que lhe foi dado, ela considera a existência de “[...] um círculo vicioso em que o ator religioso utiliza o engajamento em atividades sociais da Igreja como atributo político para conseguir votos e mais uma vez eleito privilegia as questões religiosas e assistenciais” (Machado, 2003, p. 291).

Entretanto, o campo religioso na Baixada e, mais particularmente, em Nova Iguaçu fragmentou-se diante dos diversos interesses em jogo – os atores sociais evidenciados nesse processo disputando não somente prestígio político, mas também o poder sobre a fé. Nessa guerra particular, a mediação política apresentou-se sob novos aspectos e o clientelismo – tradicionalmente utilizado para pensar as relações políticas e as instituições no Brasil – não pôde ser acionado como critério explicativo exclusivo. Venceu Lindberg e o projeto coletivo do PT (ao menos o do Campo Majoritário). Aglutinando e combinando pertencimentos

e interesses os mais diversos, impôs sua vitória na quase totalidade das zonas eleitorais de Nova Iguaçu – imprimindo efeitos também sobre outros municípios da Baixada através de sua atuação como “porta-voz do PT” na região.⁴¹

Deve-se levar em conta que, na Baixada Fluminense – e, talvez, no Brasil como um todo, nos dias de hoje – só o fato de se falar no “voto evangélico” pode ser o indício de que devemos levar em consideração outras abordagens e focalizar não apenas a sua dimensão representativa e, portanto, quantificada, mas nos voltarmos à necessidade de avaliarmos a adequação a um discurso e a uma prática não mais exclusiva ou predominante do campo político. Outros discursos religiosos também estiveram em cena, com pesos distintos. Os católicos, apesar da propagada redução no número de fiéis, têm se feito presentes, com atuações variadas.⁴² A Teologia da Libertação e as CEBs reduziram sua intervenção no cenário político nacional, diante do processo histórico de democratização brasileira que, a partir de meados da década de 1980, ampliou a possibilidade da participação das associações de moradores, sindicatos e partidos políticos. A própria crise do paradigma marxista como elemento estruturante e a nova postura da Igreja católica – sob o comando de João Paulo II e seu conservadorismo – além da expansão do movimento dos carismáticos redefiniram as práticas e valores internos a essa instituição, alterando sua configuração e a própria extensão de sua autoridade. A trajetória de políticos do PMDB de Nova Iguaçu, por exemplo, o ex-deputado Jorge Gama, é ilustrativa dessa situação. A atuação junto aos movimentos sociais que lutavam pela casa própria em Nova Iguaçu foi decisiva para a constituição de sua *persona* pública, mas a entrada em cena de novos partidos e novos discursos (o PT, por exemplo) acabou implicando uma ruptura com essa forma mais tradicional do fazer político. Outro elemento a se considerar é o surgimento do que Leite (2003) denominou “redes de solidariedade e filantropia”, fundadas na ação cívica e no sentimento religioso. Desse modo, emerge o que a autora – citando

⁴¹ As zonas eleitorais em que obteve maior votação foram, respectivamente, Cabuçu, Vila de Cava e Centro. A única localidade na qual Lindberg não atingiu mais do que 50% dos votos foi Austin, ficando com 48,62% (13.831 votos) do total da votação. Para os detalhes sobre os números em cada zona eleitoral, ver Barreto (2006).

⁴² De acordo com Leite (2003, p. 69-70), o número de evangélicos no Estado do Rio de Janeiro passou, nos últimos dez anos, de 12,86% para 21,13%, enquanto os católicos tiveram um decréscimo de 67,65% para 57,16%.

Bellah – chamou de “dimensão religiosa pública”, baseada na relação entre compromisso e cidadania, delineando uma espécie de “religião civil” que, de certa forma, operaria uma alteração nas fronteiras entre religião e política (Leite, 2003).⁴³

Se nos trabalhos de Weber (1946, 1999a, 199b) encontramos a preocupação central com o processo de racionalização e de desencantamento do mundo, Geertz (1997, p. 214) nos chama a atenção para o que isto significaria: “um mundo totalmente desmistificado é um mundo totalmente despolitizado”. Nesse sentido, refletindo sobre o conteúdo sagrado do poder,⁴⁴ sobre seus centros, as figuras dominantes e o carisma – e não exclusivamente sob formas “extravagantes” ou efêmeras – o autor ressalta um conjunto de formas simbólicas expressas pelo poder e por suas dimensões ao mesmo tempo morais e estéticas:

[...] Não importa o grau de democracia com que essas elites foram escolhidas (normalmente não muito alto) nem a extensão do conflito que existe entre seus membros (normalmente bem mais profundo do que imaginam aqueles que não são parte da elite); elas justificam a sua existência e administram as suas ações em termos de um conjunto de estórias, cerimônias, insígnias, formalidades e pertences que herdaram, ou, em situações mais revolucionárias, inventam. São esses símbolos – coroas e coroações, limusines e conferências – que dão ao centro a marca de centro e ao que nele acontece uma aura não só de importância, mas, algo assim como se, de alguma estranha maneira, ele estivesse relacionado com a própria forma em que o mundo foi construído (Geertz, 1997, p. 219).

Sendo assim, pensar a política na Baixada como ação simbólica (Geertz, 1991) significa apreender os diversos discursos em ação – o do *marketing*, o da religião, o da política, o da festa, o do espetáculo, o do capital, etc. – e a teia de significados da qual faz parte como produto e produtora. Desse modo, os

⁴³ Em nota de rodapé, Leite refere-se à atuação do projeto Viva Rio frente à problemática da violência e sua relação com uma concepção de “religião civil”, segundo a qual “não se constrói um Estado democrático sem uma religião civil capaz de valorizar as virtudes cívicas ou o comprometimento do cidadão com a coisa pública, com o espaço comum e, por consequência, com os destinos das instituições políticas” (Soares et al., 1996, p. 51-52 apud Leite, 2003, p. 67).

⁴⁴ A esse respeito, Geertz (1997, p. 219) ressalta que “o que faz um líder político espiritual não é, afinal, sua posição fora da ordem social, em algum transe de auto-admiração, e sim um envolvimento íntimo e profundo – que confirme ou deteste, que seja defensivo ou destrutivo – com as fições mais importantes que tornam possível a sobrevivência desta ordem”.

projetos políticos aqui apresentados revelaram os valores e símbolos implicados numa determinada maneira de conceber o mundo, a religião e a política, especificamente. As múltiplas possibilidades em jogo foram evidenciadas, ora por meio dos arranjos representativos, das variáveis numéricas, ora revelando-se na potencialidade aglutinadora do carisma de algumas *personas* políticas, como as aqui apresentadas.

A eficácia de elementos simbólicos do campo religioso repercute cada vez mais no fazer político por meio de alianças, da própria representação partidária e de uma linguagem que privilegia uma religiosidade difusa. Não que isso possa ou vá suprimir a dimensão dos interesses pessoais e dos grupos, mas evidencia – a partir de um olhar atento e minucioso – a inserção de outros atores (oriundos do campo religioso), o que vem alterando a própria dinâmica do mundo da política, (re)significando discursos e originando uma nova gramaticalidade na qual o bem e o mal, para além de uma dicotomia restritiva, podem ser pensados na cultura (e por que não, na política) brasileira.⁴⁵

Essa articulação seria então uma forma de entender a ambigüidade constitutiva da política local (no caso da Baixada Fluminense, por exemplo). As mudanças dos discursos, das bandeiras políticas, da apresentação de si e dos projetos, a construção acerca do que seria o fazer político desses atores é sempre dinâmica. A oscilação entre o sofrimento, a violência, os estigmas e, na outra face (pois constitutiva do mesmo!) a pertença, a novidade, a mudança pode nos indicar por que caminhos seguir. A própria assistência (o *trabalho social*) é ambígua. Pode ser usada num contexto acusatório, mas pode igualmente demarcar uma relação de dádiva com o morador-eleitor ou o eleitor-fiel/crente. O político benfeitor-violento/político-religioso é um outro exemplo. Ao mesmo tempo em que transita entre os pólos do bom e mau (e em muitos casos, do bem e do mal), incorpora-os.

⁴⁵ Pierre Sanchis (1997) pensa a ambigüidade e ambivalência, fazendo uma análise da cultura brasileira a partir da polaridade entre a cordialidade e o conflito. O autor utiliza-se do “número três” (Sanchis, 1997, p. 225), referindo-se à ambigüidade brasileira: “uma ambigüidade que não deixa o mundo ser de modo maniqueísta dividido em ‘bons’ e ‘maus’, e que também significa ambivalência dos seres, dos comportamentos, dos valores [...]. Mas a mistura entre homem e natureza, entre o mal e o bem, pode ter também o seu sentido negativo. Pois a própria ambigüidade é ambígua, virtualmente ambivalente [...]. É então que esta junção (mistura) ambivalente produz, ao mesmo tempo, perigo e fascínio. Ambigüidade potencial e funcional que responde à sua ambigüidade estrutural.” Outros artigos que trabalham essa ambigüidade em diferentes contextos podem ser encontrados no mesmo livro.

O *mal* foi aqui trazido enquanto experiência cotidiana e não exclusivamente pensado dentro do mundo religioso. A remissão ao conjunto de símbolos que suscita ultrapassa delimitações de campos específicos a partir das experiências e dos processos de (re)significação do mundo social. Assim como para Novaes (2003, p. 102) “as pessoas não se aproximam do cenário político abstratamente ou operando apenas com a razão e com a idéia do ‘público’. Aproximam-se, sim, levando consigo a sua vida privada, sentimentos, paixões, afinidades pessoais, crenças religiosas, concepções sobre o Bem e o Mal”; tentei demonstrar também como esta interpenetração pode ser “provocada”.

Desse modo, a “guerra santa” empreendida na Baixada e no Estado do Rio de Janeiro durante as eleições de 2004 explicitaram os usos dessas concepções (Bem e Mal), mas também evidenciaram que, no jogo político, os pertencimentos e filiações estão sempre em movimentos, desmanchando-se e recompondo-se. Em Duque de Caxias venceu o discurso que conciliou religião, política e *trabalho social*; em Nova Iguaçu, o mesmo discurso perdeu. No entanto, a explicação não é tão simples. A política traz consigo a ambigüidade e a incerteza, percebidas a partir da própria avaliação acerca dos projetos políticos ora bem-sucedidos, ora fracassados. A construção, (des)construção e (re)construção desses projetos assim como das próprias imagens (e configurações) de Baixada é o que fez da eleição um lugar especial de observação do fluxo contínuo de atores, sentidos e usos da política.

Referências

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio: Jorge Zahar, 1988.

ALVES, José Cláudio Souza. *Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder: o caso da paróquia Pilar*. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política)–PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1991.

ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: o código genético-social de uma periferia. *Revista FEUDUC, CEPEA, PIBIC*, Duque de Caxias, n. 1, agosto 1999.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH: Clio, 2003.

ALVES, José Cláudio Souza. Violência e política na Baixada: o caso dos grupos de extermínio. In: IMPUNIDADE na Baixada Fluminense. (Parceria: CESeC, Fase, Justiça Global, Laboratório de Análises da Violência da UERJ, SOS Queimados e Viva Rio). [2005]. Disponível em: <<http://redeglobo3.globo.com/relatorio/rjtv/impunidadenabaixada.doc>>. Acesso em: 25 maio 2006.

BARRETO, Alessandra. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *Campos*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 45-64, 2004.

BARRETO, Alessandra. *Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BELOCH, Israel. *Capa preta e lurdirinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BERNARDES, Julia. *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Geografia)–PPGG/Igeo/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

BEZERRA, Marcos Otavio. Em nome das “bases”: política, clientelismo e corrupção na liberação de recursos federais. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BIRMAN, Patricia. Males e malefícios no discurso neopentecostal. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira. *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. p.62-80.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

CALDEIRA, João Bernardo. A eleição em que a máquina administrativa funcionou a todo vapor. *JB Online*, 31 out. 2004. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/destaques/2004/eleicoes2004/temporeal/x31108567.html>>. Acesso em: 1 nov. 2004.

CONRADO, Flávio César dos Santos. *Cidadãos do Reino de Deus: representações, práticas e estratégias eleitorais (um estudo da “Folha Universal” nas eleições de 1998)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. Coleção Antropologia da Política.

COSTA, Sandra Regina Soares da. *Universo sonoro popular: um estudo da carreira de músico nas camadas populares* Tese (Doutorado em Antropologia Social)–PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CRUVINEL, Tereza. Maus momentos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 out. 2004. Panorama Político, p. 2.

DAPIEVE, Arthur. Telhado de vidro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 out. 2004. Segundo Caderno, p. 6.

ELEIÇÃO permanece indefinida nas principais cidades do Estado. *Agência Carta Maior*, 31 out. 2004. Disponível em: <http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2809>. Acesso em: 31 out. 2004.

ENNE, Ana Lúcia. *Lugar meu amigo, é minha Baixada: memória, representações sociais e identidades*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

EVANGÉLICOS divididos em Nova Iguaçu. *JB Online*. 11 out. 2004. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/destaques/2004/eleicoes2004/temporeal/x11108402.html>>. Acesso em: 11 out. 2004.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Les mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard, 1998. Folio Essais.

FERNANDES, Tania de Souza. *Uma comunidade de salvos: um estudo sobre batistas na Baixada Fluminense*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FREIRE, Jussara. *As concepções de justo e as arenas públicas em Nova Iguaçu*. Tese (Doutorado em Sociologia)–Iuperj, Rio de Janeiro, 2005.

GAROTINHO e Rosinha partem para o vale tudo eleitoral. *Agência Carta Maior*, 27 set. 2004. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2672>. Acesso em: 28 set 2004.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado-teatro no século XIX*. Lisboa: Difel, 1991.

GEIGER, Pedro Pichas; SANTOS, Ruth Lira. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GUERRA santa no interior centra religião na disputa do 2º. Turno. *Agência Carta Maior*, 13 out. 2004. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2729>. Acesso em: 15 out 2004.

GOVERNO do estado ameaça prefeituras. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 13 set. 2004.

IMPUNIDADE na Baixada Fluminense. (Parceria: CESeC, Fase, Justiça Global, Laboratório de Análises da Violência da UERJ, SOS Queimados e Viva Rio). [2005]. Disponível em: <<http://redeglobo3.globo.com/relatorio/rjtv/impunidadenabaixada.doc>>. Acesso em: 25 maio 2006.

KELLER, Paulo F. *Fábrica e vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi*. Paulo de Frontin: Sólton Ribeiro, 1997.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LANNA, Marcos. *A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LESBAUPIN, Yves do Amaral. *Direitos humanos e classes populares: os direitos na perspectiva de grupos populares do município de Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982.

LEITE, Márcia Pereira. Novas relações entre identidade religiosa e participação política no Rio de Janeiro hoje: o caso do Movimento Popular de Favelas. In BIRMAN, Patricia (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 63-95.

LINDBERG Farias tem segurança reforçada. *Folha de S. Paulo*. 12 set, 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u64023.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2004.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Existe um jeito evangélico de fazer política? In BIRMAN, Patricia (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 283-307.

MEDEIROS, Lydia; LAMEGO, Cláudia. Partidos se unem em ato contra secretário. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 28 set. 2004.

NAME, Daniela. Bornier admite que a Delta ajudou campanha do PMDB em Nova Iguaçu. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 out. 2004a. Eleições 2004. Editorial o país, p. 8.

NAME, Daniela. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 out. 2004b. No ar. Editorial o país, p. 11.

NOVAES, Regina Reys. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Carlos (Org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Alerj, 2002. p. 63-98.

NOVAES, Regina. As metamorfoses da Besta Fera: o mal, a religião e a política entre trabalhadores rurais. In: BIRMAN, Patricia (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 81-105.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, out. 2003.

ORO, Ari Pedro. Políticos e religião no Rio Grande do Sul – Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, jul. 2001.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Política ambígua. In: BIRMAN, Patricia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (Org.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. p. 159-184.

PASTOR apóia Laury Villar. *JB Online*. 18 out. 2004. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/destaques/2004/eleicoes2004/temporeal/x18108429.html>>. Acesso em: 18 out. 2004.

PEIRUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PEIRUCCI, F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 104-132.

PEIXOTO, Rui Afrânio. *Imagens iguaçuanas*. Nova Iguaçu, 1968.

PEREIRA, Merval. Imagens desconstruída. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 out. 2004. Editorial o país, p. 4.

PEREIRA, Wladick. *A mudança da Vila (História Iguaçuana)*. Nova Iguaçu: Arsgráfica, 1970.

PEREIRA, Wladick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC-RJ, 1977.

PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1993.

PERES, Guilherme. Do rio Iguassú ao Sarapuhí: primeiro projeto ferroviário do Brasil. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto: Câmara Municipal de Duque de Caxias: Associação dos Amigos do Instituto Histórico, p. 22-25, maio 2004.

PT se manifesta contra ataques de adversários. *Folha de S. Paulo*, 21 out. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1901200403.htm>>. Acesso em: 21 out. 2004.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela (Coord.). *Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil*. (Relatório preliminar do projeto). Rio de Janeiro: CESeC: Ucam, maio 2005.

SANCHIS, Pierre. O mal à brasileira: um posfácio: o mal, a ética, a política e o Brasil. In: BIRMAN, Patricia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (Org.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. p. 222-232.

SILVEIRA, Jorge Luiz Rocha da. *Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense*. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

SOUZA, Josinaldo Aleixo de. *Os grupos de extermínio em duque de Caxias – Baixada Fluminense*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–IFCS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

TAVARES, Percival. *Origem e trajetória do movimento amigos de bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

TENSÃO nas ruas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 nov. 2004. Eleições 2004. Editorial o país, p. 9.

WEBER, Max. Politics as a vocation. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. (Ed.). *From Max Weber: essays in Sociology*. New York: Oxford University Press, 1946. p. 77-128.

WEBER, Max. Definição de poder. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999a. v. 2, p. 187-193.

WEBER, Max. As comunidades políticas. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999b. v. 2, 155-186.

Recebido em 30/10/2006
Aprovado em 01/03/2007